

# Novembro 2021

## Teto de gastos do Governo



### ENTENDA A LEI DO TETO DE GASTOS DO GOVERNO E SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA

#### O que é teto de gastos?

O teto de gastos do governo, também, nomeado de "âncora fiscal", foi estabelecido na Emenda Constitucional 95 pelo presidente Michel Temer em 2016, possuindo uma duração predefinida de 20 anos, entretanto, podendo ser revisto em 2027 pelo presidente da República. Além disso, neste ano, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi a favor da criação por conta dos crescimento de gastos públicos que estavam ocorrendo desde os anos anteriores, como se pode observar na Figura 1, o que, de acordo com ele, criou um clima de insegurança na economia. Assim, o teto foi criado como uma regra para controle da dívida pública que teve início em 2017, quando aprovado pelo Congresso.



Figura 1. Evolução da dívida pública ao longo dos governos. (Fonte: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraeco-economico/evolucao-da-divida-publicabrasileira-desde-1978-um-grafico-para-voce-refletir/>)

Sendo assim, a fim de evitar o endividamento, ou seja, o déficit financeiro do governo, o teto de gastos públicos limita o aumento de gastos relacionado à inflação do ano anterior, medida pelo IPCA (índice de preços ao consumidor amplo), ou seja, o total de despesas públicas só pode aumentar o equivalente à inflação do ano anterior. Além da questão do aumento de recursos financeiros para a empresa, fazer um IPO também traz maior visibilidade no mercado nacional e até mesmo no mercado internacional, atraindo profissionais altamente qualificados para agregar conhecimento e inovação ao negócio.

Ao se tornar uma companhia de capital aberto a empresa tem recursos suficientes para iniciar um projeto de expansão, aumentando as proporções e atuação do negócio. Dessa forma, as possibilidades de crescimento acelerado é um atrativo muito grande para a realização de um IPO.

Desse modo, como o aumento das despesas do governo segue a inflação, o teto de gastos públicos, na prática, congelaria o aumento dos gastos por 20 anos para que estes permaneçam menores do que o PIB, o qual deve continuar crescendo.

Ademais, o objetivo dessa reforma é a atração de investimentos e controle da inflação, sem que seja necessário a alteração da taxa Selic. Assim, não necessitando do aumento da taxa de juros básica da economia (da Selic), ou seja, com juros menores é possível que a economia cresça e haja geração de mais empregos por meio de investimentos na economia.

## Como se calcula o teto de gastos?

O governo possui dois tipos de gastos: as despesas financeiras e as despesas primárias, em que a divisão entre estas pode ser vista na Figura 2, sendo que a lei do teto de gastos públicos se aplica somente às primárias, que incluem os gastos realizados pelo governo para prover bens e serviços públicos à população, tais como saúde, educação, construção de rodovias, além de gastos necessários para a manutenção da infraestrutura.

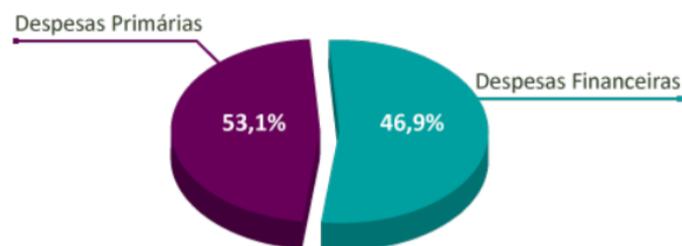
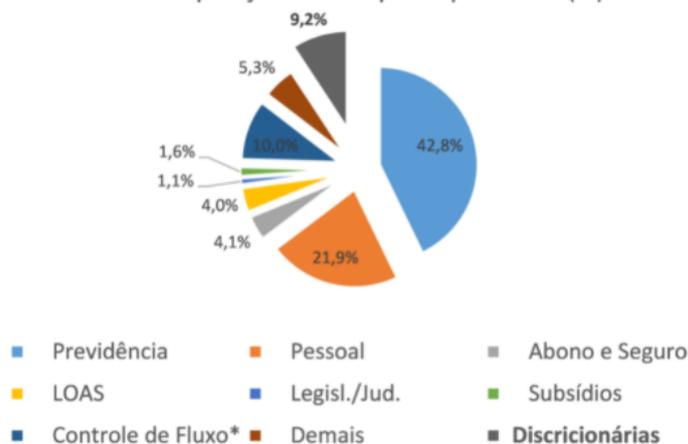


Figura 2. Partição entre os gastos do governo. (Fonte: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>)

Assim, na conta dos gastos, entram os orçamentos de cada um dos Ministérios, o Judiciário, o Congresso, os salários de servidores públicos, como professores e profissionais da saúde, os investimentos e benefícios sociais, como aposentadorias, abonos salariais e seguro desemprego. Além disso, a regra inclui os gastos obrigatórios (fixos mensais), que tomam cerca de 90% do orçamento, e os discricionários (isto é, opcionais), que são direcionados para o funcionamento dos serviços públicos, como bolsas de estudo, incentivo à pesquisa, modernização de estradas, etc. os quais possuem uma verba disponível limitada menor devido à lei, como se observar na Figura 3 a seguir

Decomposição das despesas primárias (%)



\* As despesas de controle de fluxo representam despesas obrigatórias associadas aos mínimos constitucionais (saúde e educação) e Bolsa Família, principalmente.

Figura 3. Divisão das despesas primárias. (Fonte: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/despesasdiscricionarias-e-shutdown-da-maquina-publica-algumas-implicacoes-para-politica>)

Ressalta-se, por fim, que os gastos em educação e saúde não estão inclusos na conta, mas, sim, contam com um “piso”, isto é, uma quantia mínima deve ser investida anualmente na educação e saúde da população. Além disso, não estão inclusos também o pagamento de juros da dívida pública, as transferências mandatórias para estados, municípios e para o Distrito Federal, o dinheiro destinado às empresas totalmente estatais, os repasses para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e os gastos com eleições.

## Por que é importante e como afeta a população?

O teto de gastos é uma ferramenta de extrema importância para o governo brasileiro. Isso ocorre uma vez que ele auxilia a desacelerar os juros da dívida pública, mediante a redução da dívida (déficit primário) e a diminuição da aquisição de novas dívidas. O resultado desse processo seria uma melhor capacidade de manter a taxa básica de juros da economia (Taxa Selic), em níveis menores, o que tende a acelerar a economia.

Tendo isso em vista, se não houver essa “âncora fiscal”, há uma série de consequências que afetam diretamente ou indiretamente a vida dos brasileiros. Estas não estão somente relacionadas com investimentos e títulos, mas também à políticas públicas que atendem milhões de pessoas, como o sistema de saúde, por exemplo, e os investimentos em ciência e tecnologia, os quais estão fortemente atrelados às universidades públicas, que, por sua vez, exigem bolsas de estudos. Outro fator que também influencia nessas consequências é a manutenção do teto de gastos, isto é, com o passar dos anos é necessário adequar este teto de acordo com as despesas. Isso ocorre, pois estas estão divididas entre despesas obrigatórias e despesas discricionárias. E, caso as despesas obrigatórias sofram um aumento e o teto de gastos não acompanhem este aumento, sobram menos recursos para as despesas discricionárias, que são,

por exemplo, as bolsas de estudos. Tal relação pode ser observada no Figura 4

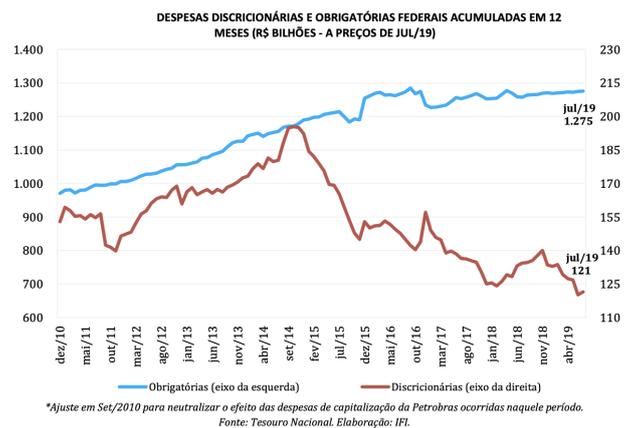


Figura 4. Relação entre despesas obrigatórias e discricionárias. (Fonte:

<https://www.aosfatos.org/noticias/quais-os-argumentos-favor-e-contra-manutencao-do-teto-de-gastos>)

Além disso, o fato de o país ter um maior controle sobre suas despesas e sobre suas dívidas é de grande importância quando se diz respeito à confiabilidade de investidores. Sendo assim, o teto de gastos é uma maneira de atrair investimentos externos, ao demonstrar o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal.

Ademais, no momento em que estamos, a bolsa está em queda e o dólar, subindo. No mercado de juros futuros, há operações para daqui um ano que já têm juros de 10%, fato que mostra que existe uma descrença generalizada a essa tentativa de escapar do teto de gastos. Tal fato é um péssimo sinal para o mercado financeiro, já que sem o teto o governo pode gastar o quanto quiser, o que passa a fomentar um risco de calote no caso de o governo não conseguir pagar suas responsabilidades.

## Cenário atual e diferentes opiniões

O debate que circula ao redor do tema possui diversos pontos de vista, fundamentados em diferentes visões políticas. No ponto de vista da esquerda, a decisão tomada pelo ex-presidente Michel Temer em 2017 foi equivocada, vindo a ser contraditória com o período da atual pandemia de covid-19 de forma contrária às reais necessidades da população.

Segundo essa visão, o teto de gastos impõe restrições ao auxílio emergencial fornecido pelo governo às famílias lesadas pela pandemia no momento em que indicadores sociais estão nos piores patamares. Com o desemprego a 14% em 2020, 19 milhões de pessoas em situação de fome (praticamente o dobro comparado com 2018) e os preços da cesta básica subindo, de acordo com a esquerda, o teto de gastos condiciona as pessoas em situações de vulnerabilidade à exposição a esse cenário. Também, por se tratar das despesas primárias, a imposição do teto dificulta a realização de uma política fiscal expansiva, que foca em geração de empregos a partir de obras públicas, dispêndio com saúde e educação, sendo prejudicial no período de reconstrução da nação pós-pandemia por dificultar esse tipo de postura por parte do Estado, deixando milhões à deriva.

De acordo com o ministério da economia, a consolidação do teto teria efeitos positivos no longo prazo por viabilizar a redução da carga tributária, com a finalidade de reverter uma tendência existente na economia de crescimento de despesas maior do que o crescimento do PIB, além de trazer a taxa estrutural de juros para patamares mais saudáveis. Sobre essa taxa, é preciso se aproximar dos benchmarks externos de juros internacionais, para atrair o investidor estrangeiro. Sobre a análise do custo de oportunidade desse capital externo, os principais riscos a serem avaliados são o risco de calote do estado, que tende a ser minimizado com o teto de gastos, e o risco cambial, que no caso do Brasil tem se mostrado instável nos últimos anos. É esperado que essa medida traga equilíbrio das contas públicas e eficiência de gastos no longo prazo, fomentando as reformas necessárias.

Para Pérsio Arida, economista ex-presidente do BNDES e do Banco Central, o furo do teto e a sua revogação são medidas contrárias ao desenvolvimento sustentável da economia, possibilitando a má gestão de recursos e inadequação às necessidades da população,

causadas pelo atendimento dos interesses de lobbystas. Isso é o que se espera, de acordo com ele, pois não são projetos em prol da ciência e cultura nacionais que tem movimentado os debates em Brasília.

**Aline Hidemi Murata**

**Felipe Gomes Calia**

**Rodrigo Bassani Clemente**

## **Disclaimer**

Avisos – As informações contidas nesse artigo foram obtidas de fontes abertas ao público em geral, mas consideradas pelo(s) membro(s) da Liga do Mercado Financeira como confiáveis e fidedignas. A Liga do Mercado Financeiro não responde legalmente com nenhum tipo de garantia, uma vez que este artigo tem apenas fins didáticos e não consiste de forma alguma como recomendação ou análise de um profissional.